

A percepção do estudante alemão frente ao uso de tu/você do português do Brasil

RESUMO: Neste trabalho, redimensionamos a pesquisa inicial, aplicada a hispano-falantes, a um público cuja língua materna se distancia um pouco mais do português: estudantes alemães que frequentam o curso *Português Língua Estrangeira* (PLE) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Seguindo a metodologia inicial, objetiva-se buscar contrastes e semelhanças em relação aos resultados obtidos com a amostra de hispano-falantes. Ainda assentados nos postulados da Sociolinguística Interacional, nossos resultados sinalizam que o aluno alemão dá preferência ao tratamento aparentemente de maior prestígio no Brasil – o pronome *você* – sendo esta a forma mais difundida pelos materiais didáticos de PLE, pelas publicações e pela mídia em geral.

Palavras-chave: Português como segunda língua. Variação linguística. Teste de percepção. Tu e você.

The German student's perception on the use of tu/você in Brazilian Portuguese

ABSTRACT: In this paper, we resize the initial research applied to Spanish-speakers to an audience whose first language is a little more distant from Portuguese: German students attending the course Portuguese as a Foreign Language (P/FL) at the Federal University of Santa Catarina (UFSC). Following the initial methodology, the objective is to seek contrasts and similarities in relation to the results obtained from the sample of Spanish-speakers. Still based on the postulates of Interactional Sociolinguistics, our results indicate that the German student seems to prefer the most prestigious treatment in Brazil - the pronoun "você" - this being the most widespread form by PFL teaching materials, the publications and the media in general.

Keywords: Portuguese as a second language. Linguistic variation. Perception test. Pronouns treatment.

Rafael de Oliveira Dias¹
Leandra Cristina de Oliveira²

Introdução

Com o interesse sobre a percepção do estudante estrangeiro frente à variação *tu/você* do português do Brasil, consideramos, em estudos anteriores, os resultados de entrevistas aplicadas a um grupo de hispano-falantes, alunos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que utilizam o português como L2, em suas relações diárias. Os resultados daquele

¹Professor de Português para Estrangeiros na Escola Americana de Brasília e mestre em Linguística. E-mail: rafaeldias@hotmail.com

²Professora do Departamento de Línguas e Literaturas Estrangeiras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: leandra.oliveira@ufsc.br

trabalho corroboram as hipóteses iniciais, no que diz respeito: (i) à relativa interferência da gramática interna do informante sobre o uso dos pronomes de tratamento no português como segunda língua (P/L2) e (ii) à relevância do contexto geográfico de aquisição/aprendizagem do P/L2 na escolha por *tu* ou *você* (OLIVEIRA; BABILÔNIA, 2013; 2015). Essas questões que contrastam, de certa maneira, o universo hispânico com o universo luso-brasileiro são retomadas neste trabalho, porém com um olhar estendido a um público cuja língua materna se distancia um pouco mais do português. Trata-se do redimensionamento da pesquisa para uma amostra constituída por alemães que estudam o P/L2 na UFSC.

Antes de prosseguirmos com a apresentação do objeto de estudo e da forma como esse se desenvolve, cabe justificar o intercâmbio, neste trabalho, entre as siglas que correspondem aos termos *Português Língua Estrangeira* e *Português Língua Dois* (PLE e P/L2, respectivamente). Nossas escolhas terminológicas, nesse ponto, se fundamentam em Almeida Filho (2005), para o qual uma língua estrangeira “é uma outra língua em outra cultura de um outro país pela qual se desenvolve um interesse autônomo (particular) ou institucionalizado (escolar) em conhecê-la ou em aprender a usá-la” (ALMEIDA FILHO, 2005, p. 11). Em trabalho posterior, o autor aduz que “a compreensão do termo se aperfeiçoa se o tomarmos como língua que só a princípio é de fato estrangeira, mas que se desestrangeiriza ao longo do tempo de que se dispõe para aprendê-la” (ALMEIDA FILHO, 2010, p. 55). Apoiando-nos na definição do autor, entendemos o termo LE como algo distante do contexto no qual a língua em questão é efetivamente usada. Desse modo, empregaremos a sigla PLE: (i) em contextos mais genéricos, (ii) em referência ao ensino do português fora do espaço em que este é o idioma oficial, (iii) em remissão a materiais didáticos para esse fim. Por outro lado, quando estivermos tratando da nossa pesquisa, aplicada a estrangeiros em total imersão na língua-alvo – o português –, adotaremos a sigla P/L2, já que o termo abrange contextos diversificados, podendo envolver inclusive “indivíduos de uma dada língua residindo temporariamente num outro país falante de outra língua” (ALMEIDA FILHO, 2005, p. 10) – como é o caso de nossos sujeitos de pesquisa.

Retomando a proposta de introduzir o tema, neste trabalho, retomamos a metodologia do projeto iniciado em 2013, no que concerne (i) ao número e perfil dos informantes – média de quinze jovens que estudam P/L2 na UFSC, por conta de sua carreira acadêmica nessa Universidade, (ii) à aplicação de um questionário com onze questões (quatro experienciais e sete distratoras), e (iii) à aplicação de entrevista a fim de ratificar as respostas assinaladas ou recuperar informações não percebidas no instrumento inicial de pesquisa. Essa trajetória metodológica é seguida a fim de buscar contrastes e semelhanças entre os resultados obtidos com a amostra de hispano-falantes e a amostra aqui em análise, constituída por estudantes alemães.

Também consoante ao projeto inicial, assentamos nossa análise na perspectiva interacional da linguagem, reconhecendo que cada situação comunicativa envolve diferentes valorações e interpretações, as quais são manifestas por aspectos linguísticos e pragmáticos diversos (GUMPERZ, 2013 [1982]). Uma vez aclaradas questões introdutórias, importa sinalizar os postulados e os recortes que consideramos neste estudo e a forma como o organizamos. Na seção 1, adiante, seguimos com o propósito de contextualizar a pesquisa, uma vez que esta se desdobra a partir de estudos anteriores, com o interesse de observar a percepção de falantes estrangeiros frente à variação *tu/você* no português do Brasil (PB). A seção 2 é dedicada à discussão teórica que julgamos relevantes para este trabalho, momento em que versamos sobre (i) a língua padronizada enquanto um capital simbólico; e (ii) a

constituição das línguas nacionais – temas relevantes considerando a realidade sociolinguística do contexto geográfico de que são provenientes os sujeitos de pesquisa. Na sequência, é proposta a seção 3, na qual discutimos quantitativa e qualitativamente os resultados observados no questionário e na entrevista aplicados aos estudantes alemães, bem como um estudo comparativo com a amostra de hispano-falantes; encerrando com a apresentação das considerações finais e das referências.

1. Contextualizando a pesquisa: a perspectiva interacional em percursos iniciais

Conforme mencionado, nossas pesquisas com interesse sobre a percepção de estudantes estrangeiros frente à variação *tu/você* no português do Brasil (doravante, PB) buscam considerar a complexidade do fenômeno em questão sob a ótica do desempenho em português como LE ou L2, tendo em vista a relação estreita entre essas variantes e as sutilezas da interação. Nesse sentido, mais importante que estabelecer fatores analisáveis estatisticamente, interessa-nos captar as interpretações dos falantes frente aos significados dos pronomes de tratamento, os quais, segundo Blas Arroyo (1994-1995, p. 23), são a expressão mais direta das valorações envolvidas nas diferentes situações comunicativas. Essas questões justificam o interesse na discussão assentada na perspectiva interacional.

Problematizando a relação entre interação e pronomes de tratamento, Oliveira e Babilônia (2015, p. 98) destacam que “qualquer que seja a relação interpessoal estabelecida por um falante, um de seus primeiros posicionamentos linguísticos será a escolha pelo pronome adequado para o contexto em questão” – situação conflituosa mesmo no âmbito da língua materna. Especialmente no caso da língua-alvo de nossos participantes, Blas Arroyo (1994-1995, p. 25) adverte sobre a exigência de “um profundo conhecimento não apenas do idioma, senão dos padrões sociais para o uso oportuno e adequado do tratamento” (tradução nossa).³ Do ponto de vista da interação em LE ou L2, arriscaríamos a assumir que a tentativa de “acertar com o tratamento oportuno e justo” seria, consciente ou inconscientemente, uma das primeiras preocupações do falante estrangeiro, independente de sua proveniência. É o que se observa, por exemplo, na fala de um estudante uruguaio residente em Florianópolis (Brasil):

(1) **Ur1:** Quando cheguei ao Brasil, ouvia mais *você*: *você* pro motorista, *você* pro colega, *você* pra esposa, *você* pro professor... até hoje eu não consigo achar um *usted* em português.

O dado anterior, discutido por Oliveira e Babilônia (2015, p. 100), ilustra a dificuldade do hispano-falante em codificar, por meio dos pronomes de tratamento, os diferentes papéis sociais. Na percepção do informante, o emprego do tratamento *você* parece se estender a qualquer tipo de interação, de maior a menor familiaridade, fenômeno que se distingue da gramática de sua variedade castelhana, na qual, empregaria o tratamento *vos* na interação com a esposa, e *usted* com o professor.

Recortamos esse dado a fim de exemplificar o que mencionamos anteriormente a respeito da preocupação do falante estrangeiro em acertar na escolha de tratamento nas diferentes interações. Contudo, é conveniente contextualizar a presente pesquisa que se

³ Texto original: “no sólo del idioma, sino de las costumbres sociales, para acertar con el tratamiento oportuno y justo.”

desdobra a partir dos trabalhos de Oliveira e Babilônia (2013; 2015).

A partir da aplicação de um questionário com questões epilinguísticas e metalinguísticas, quatro experimentais e oito distratoras⁴, Oliveira e Babilônia (2013) analisam as respostas de um universo de 24 hispano-falantes, estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis SC/Brasil). No primeiro momento da pesquisa, os informantes respondiam um teste de atitude, contendo doze questões: quatro referentes aos pronomes de segunda pessoa, oito distratoras. Em fase posterior da pesquisa, parte dos participantes participa de uma entrevista a partir da qual os pesquisadores procuraram estabelecer coerência entre ambos os instrumentos de investigação.

A partir de uma análise predominantemente quantitativa, com base nas respostas dos questionários, Oliveira e Babilônia (2013), discutem os principais resultados: (i) preferência pela forma *você* no uso do P/L2, nas quatro dimensões relacionais aluno > professor, empregado > chefe, amigo íntimo > amigo íntimo e colega de trabalho > colega de trabalho; (ii) contudo, a respeito das relações de menor assimetria, os resultados apontam um declínio na escolha pela forma *você*; por consequência, um aumento da forma *tu*; e (iii) diferença nas escolhas pronominais nas duas relações de menor assimetria (entre colegas de trabalho e entre amigos íntimos). Este último resultado é discutido pelos autores a partir do questionamento à divisão bipartida entre as relações de poder e solidariedade proposta por Brown e Gilman (1960). Oliveira e Babilônia (2013) coadunam com Kerbrat-Orecchioni (2006) ao constatarem a necessidade de se prever um gradiente de (in)formalidade nas diferentes situações relacionais:

[É] possível que o falante considere no topo da escala de formalidade as relações entre subordinado/chefe e estudante/professor universitário, e, na parte mais inferior, a relação entre amigos íntimos; aparecendo a relação entre colegas de trabalho como intermediária na escala de menor a maior formalidade entre interlocutores. (Oliveira; BABILÔNIA, 2013, s/p)

A observação dos autores explicaria, desse modo, o aumento da frequência do tratamento *tu* na relação entre amigos, comparada à frequência dessa forma na relação entre colegas de trabalho. Para melhor contextualizar, ilustramos a discussão a partir da tabela apresentada por Oliveira e Babilônia (2013, s/p):

Tabela 1 – Frequência de uso dos tratamentos *você* e *tu* no português falado por hispano-falantes

Formas de tratamento	Díades				Total
	Tratamento de subordinado para chefe	Tratamento de aluno para professor	Tratamento para colega de trabalho	Tratamento para amigo íntimo	
Você	23 (95,8%)	23 (95,8%)	19 (79,2%)	14 (58,3%)	79 (82,3%)

4 As questões experimentais são aquelas relacionadas ao objeto de estudo. São, neste caso, questões epilinguísticas, buscando a percepção dos informantes frente ao uso dos pronomes de tratamento em quatro diferentes díades relacionais: aluno/professor; amigo/amigo; subordinado/chefe e entre colegas de trabalho. As oito questões distratoras, inseridas no questionário de modo a não tornar explícito o fenômeno linguístico de interesse, fazem referência a fenômenos diversos no plano lexical e morfossintático. O questionário utilizado nesta e nas pesquisas anteriores aparece nos anexos do trabalho de Oliveira e Babilônia (2015, p. 120-121).

Tu	1 (4,2%)	1 (4,2%)	5 (20,8%)	10 (41,7%)	17 (17,7%)
Total	24	24	24	24	96

Importa, ademais, trazer um dado da fala de um dos informantes peruanos, que ilustra a imbricação dos eixos de poder e solidariedade, apontando a margem de manobra nas interações, mais precisamente na díade complexa “colegas de trabalho” – ocorrência discutida por Oliveira e Babilônia (2015, p. 109-110).

(2) **Pe3:** Depende do colega. Se for uma pessoa com o qual você tem intimidade... tem colegas e colegas. Se for uma pessoa que está no teu mesmo patamar, vamos dizer, e com o qual você tem muita confiança, aí você pode chamar de *tu*, acho. Mas também pode ser que seja um colega que ele tenha mais anos, no entanto ele exerce a mesma função que *você*. Nós dois somos chefes de obra, mas ele tem cinquenta anos e eu tenho trinta, bom aí eu tenho que chamar ele de *você*, eu não posso chamar ele de *tu*. E no espanhol também. Se for uma pessoa que tem minha idade, inclusive que seja mais nova que eu, ou um pouquinho mais velha, mas que tenha muita confiança com ele, eu poderia falar pra ele de *tú*. No entanto se for uma pessoa que vai desenvolver meu próprio trabalho, mas que for mais velha, mais experiente, eu falaria de *usted*. Então, depende. Colega de trabalho eu consideraria entrar num trabalho, não conhecer ninguém, eu falaria *você*. Só para um amigo íntimo, talvez, eu falaria de *tu*.

Essas questões apontam que nem todas as interações e relações interpessoais nela envolvidas são discretas e estáveis a ponto de evitarem um grau de variação entre as formas, ou seja, uma *margem de manobra*, em termos de Kerbrat-Orecchioni (2006, p. 64). Em atenção ao *continuum* das relações interpessoais, Kerbrat-Orecchioni (2006; 2011) propõe o estudo das formas de tratamento sob três dimensões: horizontal, vertical e consensual/conflitual.

Os dois primeiros eixos estão integrados de tal modo que a alteração de um implica na do outro. Conforme a autora, no eixo horizontal, “os dois interlocutores podem instaurar entre eles uma *distância* maior ou menor, e em primeiríssimo lugar, as formas de tratamento (nominais e pronominais) contribuem para demarcar essa distância” (2011, p. 25). Já o eixo vertical refere-se à constituição de uma relação hierárquica. Essa discussão dialoga com a oposição poder/solidariedade, tradicionalmente citada a partir dos estudos de Brown e Gilman (1960)⁵; contudo, agrega outros níveis como familiaridade, intimidade e autoridade, observando que as interações implicam sempre uma “*margem de manobra* (cuja extensão varia conforme o tipo de relação estabelecida)” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 64). No que diz respeito à dimensão consensual/conflitual, esta se configura a partir do caráter

⁵ Brown e Gilman (1960) se dedicam ao estudo da especialização dos pronomes de tratamento nas dimensões relacionais de *poder* ou de *solidariedade*. Com base nessa constatação, os autores propõem a investigação das formas de tratamento à luz do par T/V: em que T representa o pronome da solidariedade/intimidade e V, o do poder/distanciamento social. Oliveira e Babilônia (2013, s/p), advertem sobre a necessidade de se relativizar essa divisão, uma vez que: i) parece funcionar apenas em sistemas binários – o que não é o caso de algumas variedades do português brasileiro e de algumas do espanhol americano – e ii) as dimensões relacionais, na interação efetiva, não estão rigidamente estabelecidas; sinalizam, senão, um gradiente.

problemático ou não da relação. Além disso, a depender do grau do conflito, eles podem ser resolvidos de maneira mais pacífica ou mais agressiva. Podemos ilustrar essa última dimensão a partir das seguintes situações imaginadas: um chefe, em uma determinada situação comunicativa – um *happy hour*, por exemplo – licencia ao subordinado o tratamento *você*; por outro lado, esse mesmo chefe, em diferentes situações – uma reunião, por exemplo, poderia estranhar a manutenção da informalidade, passando a exigir o trato pela forma “*o senhor*”. Observa-se, assim, a imbricação dos dois eixos: no primeiro momento, a tentativa de estabelecer uma relação igualitária, solidária e a resolução de um conflito; no segundo, também essa resolução de conflito, estabelecendo, entretanto, uma relação hierárquica, com marcação de distanciamento.

No âmbito das pesquisas aqui resenhadas de Oliveira e Babilônia, essas discussões no plano da interação são relevantes para o tratamento qualitativo dos dados. No trabalho de (2015), com interesse ao tratamento qualitativo das entrevistas com os hispano-falantes, os autores discutem, a partir da fala dos informantes, dois pontos essenciais: (i) a transferência de gramáticas e (ii) a influência do contexto geográfico de aquisição e aprendizagem do PB.

No que se refere ao primeiro ponto, a análise qualitativa sinaliza certa tendência à aproximação entre gramáticas, já que uma parte significativa dos informantes associa o *tu* e o *você* às diferenças relacionais, a exemplo do uso dos tratamentos *tú* e *usted* em sua língua materna, tal como ilustra a fala da informante argentina adiante:

(3) **Ar3:** ...porque pra mim o *tu* é mais próximo, mais informal, e o *você*, não sei, parece mais difícil pra mim, então, eu utilizo o *você* mais formal. Então, professor, um trato mais formal, seria *você*. (In: OLIVEIRA; BABILÔNIA, 2015, p. 114)

Concernente ao segundo ponto, confirma-se a hipótese da influência do contexto geográfico de aquisição/aprendizagem na escolha dos pronomes de tratamento, considerando a significativa variação no uso das formas de tratamento do português do Brasil, não tratada neste artigo, mas resenhada por Oliveira e Babilônia (2013; 2015). Recuperemos, a título de exemplificação, dados da fala de uma informante peruana, que justifica a escolha pelo tratamento *você* por ser esta a forma mais usual em seu contexto de aquisição do português como segunda língua:

(4) **Pe1:** Porque acho que o meu primeiro contato foi lá no Nordeste e eles falavam de *você*. Só vim me inteirar de que existia o *tu* quando vim pro Sul, mas eu já tinha incorporado o *você*. E quando eu via o *tu* e vi que o *tu* tinha um problema de conjugação, eu preferi nem adotá-lo. Eu não sabia como conjugar o verbo com *tu*. Como estava bem com *você*, preferi ficar com *você*. (In: OLIVEIRA; BABILÔNIA, 2015, p. 107).

Como síntese dos resultados discutidos nos trabalhos de Oliveira e Babilônia (2013; 2015), observa-se que, no estudo aplicado a hispano-falantes, dois fatores parecem atuar na escolha pelas formas *tu* ou *você*: (i) a transferência da gramática interna dos informantes, percebida através da comparação apresentada pelos informantes entre as formas *tu/tú* e *você/usted* (do português e do espanhol, respectivamente); e (ii) a influência do contexto geográfico onde o PB foi adquirido.

Inspirados na metodologia desses trabalhos, ampliamos a amostragem de modo a considerar a percepção de estudantes alemães que utilizam o PB em suas relações diárias no

Brasil. No que se refere aos instrumentos de pesquisa, cabe ressaltar que aplicamos o mesmo questionário utilizado na amostra dos hispano-falantes a um grupo de 16 alemães que aprendem o português no Curso Extracurricular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na turma de nível intermediário-superior. Dentre esse grupo, 11 informantes se predispuseram a participar das entrevistas. Importa destacar ainda que esse universo de sujeitos participantes da entrevista, em sua vivência no Brasil, residiu exclusivamente em Florianópolis, vivendo nesta cidade por um período inferior a 6 meses – considerando o momento da entrevista. É relevante citar, ainda, que um número considerável desses informantes aprendeu primeiramente o português europeu, e alguns, inclusive, residiram em Portugal antes de estudar o PB.

Esses aspectos diferenciam, de certa maneira, o perfil dos informantes aqui analisados em relação aos estudos de Oliveira e Babilônia (2013; 2015), uma vez que, no que se refere à amostra hispânica, os informantes, em sua totalidade, haviam tido seu primeiro contato com o português ou diretamente no Brasil ou em seu país de origem com professores brasileiros. Além desse fator, boa parte dos estudantes hispânicos havia residido em outras regiões do Brasil, antes de sua experiência em Florianópolis – questões que precisam ser consideradas tendo em vista o objetivo comparativo que aqui se propõe.

2. Algumas questões teóricas

A história das formas pronominais de segunda pessoa do discurso no PB, com ênfase normalmente na emergência e difusão do tratamento *você*, é bastante conhecida, e podemos citar várias obras que versam sobre o assunto: Faraco (1996), Lopes (2011), Loregian-Penkall (2004), Menon e Loregian-Penkall (2002), Oliveira (2009), Rumeu (2013), entre outros. Contudo, com vistas à dimensão deste trabalho, limitamo-nos a citar essas fontes ao pesquisador interessado em pesquisas diacrônicas e sincrônicas sobre a variação e mudança no sistema pronominal de segunda pessoa do discurso no PB.

Importa mencionar que essa discussão está de alguma maneira contemplada nos trabalhos de Oliveira e Babilônia (2013; 2015), dada a conveniência no tratamento do tema para a análise dos dados fornecidos pelos hispano-falantes. As repostas fornecidas pela amostra aqui em análise – composta de estudantes alemães – nos conduzem ao recrutamento de diferentes leituras, às quais se dedicam as subseções adiante.

2.1. A língua padronizada enquanto um capital simbólico

Como sinalizado, a amostra com hispano-falantes mostrou uma produtiva variação entre as formas *tu* e *você*, sinalizando significativa interferência da língua materna dos sujeitos envolvidos quanto à escolha das formas de tratamento. Antecipando os resultados do estudo com alemães, surpreende-nos o alto índice de preferência pelo *você*; forma praticamente categórica nas escolhas pelos informantes, ainda que todos pareçam reconhecer a variação entre *tu/você*⁶ na cidade brasileira em que residem – Florianópolis.

Dessa forma, não tendo se mostrado tão relevante para esta amostra a hipótese de aproximação das gramáticas da L1 à L2⁷, cogitamos a possibilidade de associação do

⁶ Variação atestada por Rocha (2012).

⁷ Ainda que o alemão apresente o sistema binário *Du* e *Sie* (tratamento informal e formal, respectivamente), apenas um dos informantes sinalizou um paralelismo entre o sistema pronominal de segunda pessoa do discurso

pronome *você* à língua enquanto um produto normatizado e de uma conseqüente rejeição ao pronome *tu*, assumido, na visão de muitos informantes, como uma marca regional do PB, como ilustram algumas falas, trazidas na seção 3 adiante neste trabalho. Nessa direção, torna-se elucidativa a discussão da língua padronizada enquanto um capital simbólico, sobre a qual refletimos a partir de Bourdieu (1996).

Como uma crítica acirrada aos postulados da Linguística estruturalista, Bourdieu (1996, p. 24) alega que as trocas linguísticas, longe de se restringirem a um processo de codificação e decodificação, “são também relações de poder simbólico onde se atualizam as relações de força entre os locutores ou seus respectivos grupos”. Ademais, essas trocas linguísticas representam, na visão do autor,

uma troca econômica que se estabelece em meio a uma determinada relação de força simbólica entre um produtor, provido de um dado capital linguístico, e um consumidor (ou um mercado), capaz de propiciar um certo lucro material ou simbólico (BOURDIEU, 1996, p. 53).

Nessa direção, Bourdieu (1996, p. 24) defende que todo ato de fala envolve (i) as disposições socialmente modeladas que implicam uma propensão a falar e a dizer determinadas coisas (*habitus* linguístico) e (ii) as estruturas do mercado linguístico, as quais se impõem como um sistema de sanções e censuras.

Para Bourdieu (1996, p. 25), o que está em circulação nesse mercado linguístico não é a língua em si, mas os discursos estilisticamente caracterizados, uma vez que cada locutor transforma a língua em um idioleto, pleno de sua singularidade enquanto sujeito. Por outro lado, esse mercado linguístico é unificado e dominado pela língua oficial à medida que o Estado nacional foi se constituindo, tornando-a obrigatória em espaços oficiais e elegendo-a enquanto modelo normativo, a partir do qual todas as demais manifestações linguísticas são medidas (p. 32). Dentro dessa ótica, o autor exemplifica com o caso da imposição do francês parisiense enquanto língua oficial da França. Na visão do autor, essa imposição do francês parisiense está longe de ser concebida como uma mera tentativa de facilitar a comunicação entre diferentes regiões do país, mas como uma estratégia política destinada a assegurar a eternização das conquistas da Revolução Francesa, associando a língua revolucionária ao pensamento revolucionário, buscando, portanto, uma reformulação das estruturas mentais da população por meio da língua (BOURDIEU, 1996, p. 34).

Cabe ressaltar que tal inculcação da língua legítima enquanto um produto normatizado ocorre sobretudo, na visão do autor, pelo sistema escolar. Ao ensinar uma língua padronizada, o professor induz a criança a pensar e sentir da mesma maneira, construindo, dessa forma, uma consciência comum nacional. Cabe apontar que essa valorização da língua padrão e o seu reconhecimento enquanto língua legítima acarreta uma acentuada desvalorização dos dialetos regionais mediante uma relação dialética entre escola e mercado de trabalho. Nesse sentido, para que os dialetos desaparecessem e assim o francês parisiense se impusesse em todo o território da França era preciso que a escola fosse concebida como a única forma de acesso aos postos administrativos cobiçados. Em outras palavras, dominar a língua padrão transmitida pela escola tornava-se sinônimo de ascensão social (BOURDIEU, 1996, p. 35-36). Nesse sentido,

do alemão e do português.

os usos sociais da língua devem *seu valor propriamente social* ao fato de se mostrarem propensos a se organizar em sistemas de diferenças (entre as variantes prosódicas e de articulação ou lexicológicas e sintáticas), reproduzindo o sistema das diferenças sociais na ordem simbólica dos *desvios diferenciais*. Falar é apropriar-se de um ou outro dentre os *estilos expressivos* já constituídos no e pelo uso, objetivamente marcados por sua posição numa hierarquia de estilos que exprime através de sua ordem a hierarquia dos grupos correspondentes (BOURDIEU, 1996, p. 41, *grifos do autor*).

Tal interdependência entre forma linguística e estrutura social pode ser observada nas oscilações de uso entre *o senhor* e *você*, as quais ocorrem quando a estrutura objetiva da relação entre os locutores entra em conflito com a intimidade e a familiaridade da interação. Por outro lado, essa característica pode se romper nas situações de colisão estilística: ao se deparar com um público heterogêneo ou quando dois interlocutores distanciados socialmente não podem produzir seus modos de expressão simultaneamente (BOURDIEU, 1996, p. 68-69).

Retomaremos essa discussão na análise qualitativa dos dados, na qual buscaremos evidenciar que a preferência pelo pronome *você* pode ser interpretada enquanto uma metonímia da língua padronizada, ou ainda, uma estratégia consciente do aprendiz de P/L2 para evitar a mencionada colisão estilística apontada por Bourdieu (1996).

2.2. Breves considerações sobre a constituição das línguas nacionais europeias

Considerando o cenário sociolinguístico do país de origem dos informantes aqui em estudo, importa discutir brevemente a constituição das línguas nacionais europeias – tema tratado a partir de Ilari (2006), seguindo com um estreitamento da lente que se focará, a partir do trabalho de Stoeckle e Svenstrup (2010), no panorama alemão.

Apesar de se concentrar na constituição das línguas nacionais no mundo românico, a discussão de Ilari (2006) é pertinente no que diz respeito ao entendimento de certos fundamentos referentes à elevação de dialetos regionais a línguas nacionais. Ao argumentar sobre a vagueza do termo “língua nacional”, Ilari (2006, p. 231) questiona o entendimento de que “uma língua nacional seja pura e simplesmente um dialeto que desenvolveu uma literatura, o qual encontra respaldo na elevação do dialeto florentino à língua nacional da Itália, justificada pela importante literatura de Dante, Boccaccio e Petrarca”. Nas palavras do autor, “o fato é que os dialetos não se elevam automaticamente à condição de língua nacional por terem produzido uma literatura de valor” (p. 213-214).

Ainda segundo o autor, tampouco as bases políticas e jurídicas são condições suficientes para definir “língua nacional”. Ainda que sejam questões comumente associadas, algumas realidades refutam essa associação; dos exemplos apontados pelo autor, elencamos dois: (i) muito antes da unificação da Itália, o italiano já era a língua nacional desse país, e (ii) a riqueza de publicações em diferentes áreas do conhecimento é fator que permite reconhecer o status do catalão como língua nacional, ainda que a maioria de seus falantes sejam bilíngues, comunicando-se também em castelhano (ILARI, 2006, p. 214-215).

Na esteira dessas discussões, aduz o autor:

[V]ê-se que as razões para considerar um determinado idioma como língua nacional dizem respeito às funções que esse idioma desempenha na comunidade que o fala:

uma língua nacional é um idioma que responde a todas as necessidades de uma sociedade. (ILARI, 2006, p. 215)⁸

Dimensionando a discussão para o contexto de interesse nesta pesquisa – a Alemanha –, Stoeckle e Svenstrup (2010, p. 83) discorrem acerca do processo de padronização da língua alemã, elencando dois momentos decisivos no que tange à constituição da língua nacional no território alemão: (i) um longo período histórico, aproximadamente de 1350 a 1650, de padronização da escrita alemã, com forte influência da tradução da bíblia para o alemão, realizada por Martinho Lutero e, posteriormente, popularizada com o advento da imprensa de Gutenberg; e (ii) um segundo período, compreendendo finais do século XIX e início do século XX, no qual uma variedade falada subpadrão⁹ do alemão passa a coexistir nacionalmente com os dialetos regionais.

Em relação ao cenário sociolinguístico atual da Alemanha, Stoeckle e Svenstrup (2010, p. 84), citando Auer's (2005), apontam três grandes áreas dialetais: Baixo-Alemão (região norte), Médio-Alemão (região central) e Alto-Alemão (região sul), os quais assumem, *grosso modo*, duas grandes tendências: (i) uma situação de diglossia entre uma variedade alta (utilizada, sobretudo, na escrita) e variedades baixas (dialetos regionais majoritariamente falados); e (ii) uma situação de diaglossia, na qual há um contínuo variado de dialetos padrões.

Ainda no que tange à língua nacional alemã na atualidade, os autores levantam três possíveis hipóteses que explicam sua tendência atual de uso: (i) haveria um movimento em direção à norma-padrão escrita baseado em uma crença de língua certa e errada, ideologia esta disseminada por forças centrípetas atreladas à formação do Estado-nação, tais como dicionários, gramáticas normativas, o sistema escolar, a mídia e a burocracia; (ii) uma tendência à disseminação de padrões regionais; ou (iii) uma difusão de um padrão falado nacional que difere substancialmente da norma-padrão alemã contemporânea, processo este denominado pelos autores de despadronização linguística, o qual os autores acreditam ser a hipótese mais plausível (STOECKLE; SVENSTRUP, 2010, p. 86).

Esse breve panorama acerca da constituição das línguas nacionais europeia se justifica por visualizarmos certa relação entre o cenário sociolinguístico do alemão, em busca de uma língua nacional, e as respostas dos participantes, com relativa rejeição a usos menos difundidos do português do Brasil. Em outras palavras, em busca das normas implícitas – o que é “normal”, os usos reais, “aquilo que se diz”, mensurados pelo teste de percepção – nos deparamos com as normas explícitas – dominante e normativa, em termos de Aléong (2001 [1983]). Procuraremos evidenciar pelas entrevistas com alemães que as escolhas linguísticas desse público parecem fazer emergir questões ideológicas, remetendo-nos à ideia de língua enquanto um produto normatizado, tal como defende Bourdieu (1996).

3. A percepção de estudantes alemães sobre a variação e a funcionalidade de *tu* e *você* no PB

⁸ Em direção à correlação entre língua e sociedade, porém tratando de questões diferentes, Calvet (2002, p. 12), argumenta que “as línguas não existem sem as pessoas que as falam, e a história de uma língua é a história de seus falantes”.

⁹ Os autores definem este termo como uma variedade padrão do alemão com pequenas influências regionais (STOECKLE; SVENSTRUP, 2010, p. 83).

3.1. Tratamento quantitativo do questionário de percepção¹⁰

Conforme mencionado, adotamos neste trabalho a metodologia seguida por Oliveira e Babilônia (2013; 2015) no estudo com falantes hispânicos, com o interesse, justamente, de cotejar os resultados de pesquisas que envolvem sujeitos de diferentes nacionalidades, falantes de idiomas com sistemas distintos. Antes de partirmos para análise, cabe abrir um parêntesis sobre o que estamos assumindo como percepção do falante (estrangeiro, mais especificamente). No âmbito da percepção linguística, estamos assumindo tanto as inferências (in)conscientes quanto as reflexões epi/metalinguísticas apresentadas por nossos informantes. Esse posicionamento se difere, de certa maneira, da distinção conceitual entre avaliação e percepção linguística, apresentada por Oushiro (2015, p. 140). Segundo a autora, a avaliação faz referência ao discurso metalinguístico dos falantes sobre variantes, e a percepção remete às inferências feitas pelos usuários de uma língua ao ouvir outro falante. Embora estejamos lançando mão do conceito “percepção” dos falantes estrangeiros – mais especificamente, neste trabalho, da percepção de alemães –, entendemos que os conceitos “avaliação” e “percepção” aqui se entrecruzam, pois, além das inferências feitas pelo usuário do P/L2, há, ademais, uma reflexão epi/metalinguística, forçada, de certa maneira, pelo modo como se conduz a pesquisa com o público em questão, através da aplicação de questionário e entrevista, ambos implicando o informante em uma reflexão sobre o novo idioma.

Ainda cabe a ressalva de que não se trata de assumir a percepção como um reflexo fiel do uso dos informantes. Ou seja, a percepção do falante alemão do P/L2 frente à variação e funcionalidade de *tu* e *você* pode distanciar-se do emprego dessas formas em relações interacionais reais; contudo, a análise de suas reflexões metalinguísticas é capaz de sinalizar fatos não percebidos pelo pesquisador falante do português como língua materna, indicando a maneira como estrangeiros percebem essa variação amplamente discutida no âmbito dos estudos variacionistas.

Embora esta seção se proponha a um estudo quantitativo do questionário, antecipamos, por conveniência, falas extraídas das entrevistas com os estudantes alemães que ilustram as diferentes percepções dentro de uma amostra homogênea, em termos de nacionalidade dos informantes.

(5) **Inf. 1¹¹**: Eu ouvi que alguma coisa é mais formal... eu não sei... acho que *tu* é mais formal... [risos].

(6) **Inf. 3**: A colega da casa, da minha casa, ela usa muito o *tu*... tipo, muito informal... acho que em contextos mais formal a gente usa mais *você*, e coloquial, mais o *tu*.

As diferentes percepções – consequência natural das diferentes relações dos informantes com o P/L2 – são corroboradas na análise quantitativa trazida adiante a partir dos resultados apresentados na tabela 2.

¹⁰ Estamos lançando mão dos termos quantitativo e qualitativo para fins de organização das análises, sem desconsiderar que os métodos quanti e quali não se dissociam em absoluto.

¹¹ Como se trata de informantes de uma mesma nacionalidade – alemã –, padronizamos a identificação dos informantes com a abreviação “Inf” seguida do número na ordem de transcrição das entrevistas.

Tabela 2 – Frequência de uso dos tratamentos *você* e *tu* no português falado por estudantes alemães

Formas de tratamento	Díades				Total
	Tratamento de subordinado para chefe	Tratamento de aluno para professor	Tratamento para colega de trabalho	Tratamento para amigo íntimo	
Você	16 (100%)	16 (100%)	13 (76,5%)	11 (68,7%)	56 (86%)
Tu	0 (0%)	0 (0%)	4 (23,5%)	5 (31,3%)	9 (14%)
Total	16	16	17	16	65

Fonte: Autores

Sob uma análise geral da tabela, constata-se a preferência dos alemães estudantes de P/L2 pelo tratamento *você* nas quatro dimensões relacionais contempladas em nosso estudo: *você* aparece com um percentual de 86% e *tu* com indicação de 14% na preferência desses informantes. Cotejando os resultados da tabela 1, da pesquisa com hispano-falantes, com os resultados da tabela 2, constata-se percentual bastante equilibrado na escolha pelos pronomes *você* e *tu*: 82,3% das respostas da amostra hispânica assinalam o *você* e 17,7% a forma *tu* – distribuição total, que agrupa as quatro díades em análise.

Discretizando os resultados a partir das díades contempladas, observa-se a escolha categórica pelo tratamento *você* nas relações assimétricas – 100% dos informantes assinalaram essa forma pronominal em referência aos tratamentos (i) de subordinado para chefe e (ii) de aluno para professor universitário.

Concernente às relações de menor assimetria, a tabela 2 assinala o aumento na escolha pela forma *tu*, embora o *você* ainda seja tratamento preferencial. Na relação mais íntima e simétrica, considerando as quatro díades propostas – entre amigos íntimos –, 68,7% de nossos informantes assinalaram o tratamento *você*, e 31,3%, o tratamento *tu*.

Ainda no âmbito da menor assimetria, o percentual apresentado na tabela 2 corrobora a complexidade da dimensão interacional que envolve colegas de trabalho, discutida na seção 1 deste trabalho, a partir de Oliveira e Babilônia (2013; 2015). Constata-se que, nesta díade, os percentuais de escolha por *tu* ou *você* não são tão próximos aos percentuais da última díade apresentada na tabela; há uma preferência ainda menor pelo tratamento *tu* na interação com colega de trabalho – 23,5%, contrastado a 76,5% de preferência pelo tratamento *você*. Importa destacar que, diferente do total de respostas de cada coluna, no *tratamento para colega de trabalho*, aparecem dezessete respostas de um conjunto de dezesseis informantes. Esse resultado se justifica pelo fato de uma das participantes da pesquisa ter assinalado ambas as opções de tratamento na interação em questão. Esse quadro parece sustentar o que discutimos anteriormente: entre as relações interacionais trazidas, a que acontece entre colegas de trabalho é a mais difícil de discretizar em termos de distanciamento e aproximação entre os interlocutores.

Sobre essa questão, é conveniente comparar o aumento da frequência do tratamento *tu* nas díades propostas, levando-se em conta a pesquisa com estudantes alemães e a pesquisa com estudantes hispânicos de Oliveira e Babilônia (2013). A análise quantitativa do questionário aplicado com hispano-falantes assinala um percentual intermediário da frequência de *tu* no tratamento a um colega de trabalho. Nesse sentido, os percentuais

indicados na tabela 1 indicam que, na percepção dos hispano-falantes: (i) a variação *tu* e *você* parece licenciada na interação entre amigos íntimos; (ii) praticamente não aceitável nas relações assimétricas (subordinado > chefe; aluno > professor); e (iii) pouco aceitável na interação com um colega de trabalho. Em contraste com a pesquisa com alemães, apenas o ponto em (ii) distancia os resultados, pois: (i) a variação *tu* e *você* parece licenciada na interação entre amigos íntimos; (ii) inaceitável nas relações assimétricas (subordinado > chefe; aluno > professor); e (iii) pouco aceitável na interação com um colega de trabalho.

No tratamento qualitativo das entrevistas, constatamos que a aproximação quantitativa dos resultados é ilusória, pois os argumentos trazidos pelos informantes alemães se distanciam consideravelmente dos argumentos trazidos pelos hispano-falantes; a partir destes últimos, se conjecturou a relação entre (i) a gramática interna do informante e sua percepção epilinguística da língua-alvo e (ii) a escolha pelo pronome de tratamento e o contexto geográfico de aquisição do PB. O perfil dos informantes alemães, somado às informações coletadas através das entrevistas, nos faz enveredar por outros caminhos interpretativos – tema tratado na seção adiante.

3.2. Análise qualitativa das entrevistas com alemães

A partir da análise qualitativa das entrevistas com falantes alemães, devemos primeiramente destacar a complexa heterogeneidade do perfil desses participantes quanto (i) ao contato de quase metade dos entrevistados com as variedades europeia e brasileira do português; (ii) ao domínio do espanhol como segunda língua por parte significativa dos entrevistados; e (iii) à maior ou menor interação com brasileiros cuja gramática interna apresenta a variação *tu* e *você*.

Contudo, a fim de tornar a análise mais clara e coerente para o leitor, separamos os participantes em três grandes grupos, os quais possuem, *grosso modo*, os seguintes perfis: (i) sujeitos que variam entre *tu* e *você* apenas quando em contato com o português europeu (PE); (ii) sujeitos que variam entre *tu* e *você* com brasileiros; (iii) sujeitos que utilizam o *você* categórico. Cabe salientar que, embora todos os informantes admitam reconhecer o uso do *tu* na variedade do português de Florianópolis, a maioria opta em utilizar o *você* categórico no PB. Nesse sentido, a questão norteadora na condução desta etapa da análise é: por que a maior parte dos informantes opta pelo *você* categórico mesmo residindo em uma região onde a variação *tu/você* é por eles próprios atestada e reconhecida? As discussões a seguir buscam apresentar respostas prováveis.

Concernente ao primeiro grupo, composto por três informantes que aprenderam o PE antes do PB, e, mesmo residentes no Brasil, ainda mantêm contato diário com portugueses intercambistas, constatamos que dois informantes reconhecem a variação diatópica e funcional de *tu* e *você* em ambas as variedades, tendendo, contudo, a utilizar o *você* com brasileiros e a variar entre *tu* e *você* com portugueses – observação que ilustramos a partir do excerto a seguir:

- (7) **Inf. 5:** Em situações íntimas normalmente uso o *tu* e com mais distância, ou seja, algum professor talvez seja um pouquinho mais velho, digo *você*, e às vezes quando falo com brasileiros, tento usar as formas, o jeito de falar brasileiro, mas como eu moro com quatro portugueses, então nunca aprendi muito do português brasileiro, ou seja, pode ser difícil, difícil trocar...

Em relação ao informante 5, cabe destacar o seu perfil bastante peculiar quanto ao predomínio de uso do português europeu em detrimento do português do Brasil, mesmo residindo neste país, além do fato de dominar a língua espanhola. Tal informante afirma utilizar com mais frequência a variedade portuguesa, visto que convive mais com portugueses do que com brasileiros. Durante a entrevista, percebe-se o seu sotaque português e a preferência por estruturas lusitanas. Dessa forma, ao ser indagado quanto a seu uso e percepção das formas de tratamento, alegou utilizá-las conforme a variedade europeia¹², o que justifica sua indicação do tratamento *tu* na díade “amigos íntimos” no questionário, uma vez que seus amigos são, em maior parte, intercambistas portugueses. Quando indagado sobre o uso de *tu* e *você* no PB, responde:

(8) **Inf. 5:** É uma diferença de regiões, acho eu, porque eu acho que aqui, especialmente aqui em Florianópolis, onde se usa as duas formas, não tem diferença. Só a única diferença para um brasileiro é “esta pessoa vem de Florianópolis, porque ele diz *tu* vai ou *tu* vais”... E o que diz *você* talvez é paulista, ou o que seja, mas lá em Portugal tem outro significado.

No excerto acima, embora o informante 5 reconheça a dimensão diatópica no uso do *tu* no PB, e o seu uso difundido pelos falantes nativos de Florianópolis, alega não perceber nenhuma diferença funcional entre *tu* e *você*. Nesse sentido, sua preferência pelo pronome *tu* em relações simétricas é apenas motivada pela origem geográfica de seu interlocutor.

Percepção semelhante é encontrada em outras entrevistas, como é o caso do informante 8. Este sujeito de pesquisa iniciou seus estudos da língua portuguesa em Lisboa, onde estudou por um semestre, ou seja, seu primeiro contato foi com a variedade europeia. Posteriormente, teve contato com a variedade brasileira, estudando português na Alemanha, com uma professora da região sudeste do Brasil. Por fim, estuda português em Florianópolis, onde convive tanto com intercambistas estrangeiros, como com brasileiros. Durante a entrevista, assume utilizar o pronome *você* quando está no Brasil e o *tu* em Portugal:

(9) **Inf. 8:** Aqui só *você*, na verdade, com meus amigos só sempre falamos *você* porque não faz diferença. Em Portugal, falava sempre *tu* e com pessoas, com professores era *você*, aí tem essa diferença de professores, amigos, pessoas desconhecidas, mas aqui eu falo *você* com todo mundo para não ter que... é mais fácil, na verdade.

(...)

Eu acho que *você* todo mundo usa sempre correto e quando você fala *tu* é uma coisa mais pessoal, mais íntima... Acho que não falaria *tu* com o professor ou com uma pessoa que não conheço, mas, por outro lado, falar com um amigo *você* é normal.

Apesar de preferir utilizar *você* no Brasil em todas as suas relações com brasileiros e *tu* em Portugal nas relações simétricas, conforme mencionado no questionário e reiterado na entrevista, o informante 8 reconhece a distinção funcional entre *tu* e *você* no PB, optando por *você* por considerar o seu uso mais difundido e de fácil aprendizagem. Nesse sentido, percebe-se a influência do contexto de ensino e aprendizagem e os possíveis reducionismos do professor de PLE, sem mencionar a constante simplificação dos materiais didáticos quanto

¹² Cabe destacar que os alunos que aprenderam PE foram instruídos em seus cursos de português a utilizar o *tu* para relações simétricas e *você* para relações assimétricas, coadunando com a proposta de Brown e Gilman (1960), quanto às dimensões de solidariedade e poder, respectivamente.

à questão pronominal da língua portuguesa, associando o *tu* ao PE e *você* ao PB. Ademais, cogitamos também a possibilidade de o informante 8 preferir uma variedade mais difundida e evitar, dessa maneira, usos mais regionais do PB – questão atrelada a uma concepção de língua padronizada enquanto um capital simbólico, nos termos de Bourdieu (1996). Tal percepção se evidencia na concepção do informante 8 quanto à existência de uma língua “correta”. Nessa ótica, considerando a conjugação não-canônica do pronome *tu* no PB, é provável que o informante a conceba como um desvio à norma e, dessa forma, opte pelo pronome *você* “sempre correto”, na busca por uma variante, na sua visão, de maior prestígio. Essa questão coaduna com uma das hipóteses levantadas por Stoeckle e Svenstrup (2010) em relação à tendência a associar a língua padrão alemã às normas da língua escrita – tendência que pode trazer impactos no desempenho do português como L2.

Com percepção um pouco diferenciada, outro informante de perfil semelhante estranha o uso de *tu* em Florianópolis, em situações que, em sua visão, demandariam maior formalidade. Tal informante teve seu primeiro contato com o português em Portugal e iniciou a estudá-lo com um aplicativo. Posteriormente, fez um curso de português na Alemanha com um professor de Portugal e uma brasileira de Curitiba. No momento de aplicação da entrevista, morava com um português e sua convivência era com outros intercambistas e estudantes brasileiros. Alega alternar de tratamento pronominal a depender se o interlocutor é brasileiro ou português, percebendo, inclusive, a variação *tu* e *você* em Florianópolis:

(10) **Inf. 9:** Eu percebo assim também, *você* sempre certo, mas as pessoas que tentam ficar um pouco mais próximo usam *tu*, mas também pessoas que eu não conheço, tipo, garçom, por exemplo, ou vendedores que tentam sempre falar com *você*, “amigo, amigo, tu queres isso ou isso”... falamos sempre assim... que não temos a mesma proximidade.

Em relação ao segundo grupo, constatamos que apenas três informantes afirmam variar entre *tu* e *você* no PB. Cabe destacar que um desses informantes também teve o mesmo estranhamento quanto ao uso de *tu* em situações, em princípio, de maior formalidade. É o que se observa, por exemplo, na fala do informante 11, que, com a iminente transferência para o Brasil, pela empresa japonesa onde trabalha, passou a estudar português no Japão, com uma professora de São Paulo. Já no Brasil, seguiu estudando o idioma em Florianópolis, em dois diferentes cursos. Quanto à convivência, mora com brasileiros e se relaciona bastante com japoneses e estudantes brasileiros.

(11) **Inf. 11:** Olha, eu já ouvi falar o *tu* no banco com os clientes, então eu diria não, não tem tanta diferença, não tem, tanto diferença quanto na Alemanha, por exemplo, quando a gente usa o *tu*, só para as pessoas mais próximas, como a família, com amigos, com colegas de trabalho, só isso.

No excerto acima, assim como na entrevista analisada previamente, conjecturamos a hipótese de o aluno alemão, em princípio, buscar uma correspondência de uso das formas de tratamento de sua língua materna com o português do Brasil, imaginando em um primeiro momento que o *tu* corresponderia ao *Du* do alemão enquanto que o *você* corresponderia à forma *Sie*¹³. Entretanto, à medida que o contato mais direto com brasileiros (sobretudo

¹³ Vários informantes alegaram que na língua alemã há uma rígida distinção entre *Du* e *Sie*, restringindo-se esta última forma às relações assimétricas e de maior formalidade, ao passo que *Du* se limita às relações de maior

catarinenses e gaúchos) vai se intensificando, a percepção do falante alemão frente a essa variação parece tornar-se cada vez mais complexa e sutil, até o momento em que se percebe que essa correspondência não é assim tão categórica. Desse modo, é bastante elucidativa a percepção do informante 11, o qual, além de mostrar maior sensibilidade à variação pronominal do PB, afirma variar entre *tu* e *você* a depender do contexto e interlocutor.

Nessa direção, destaca-se também outro informante que afirma variar nas formas de tratamento, a depender do contexto situacional. Cabe apontar que tal informante estudou primeiramente português na Alemanha com um professor português e uma brasileira de São Paulo, posteriormente em Florianópolis. Nas relações diárias, convive com brasileiros, demonstrando ser bastante integrado à comunidade local:

(12) **Inf. 10:** Acho seria estranho pra mim falar *tu* com estranho.

Entrevistador: Mas você usa essa forma?

Inf. 10: Uso quando alguém fala muito *tu*.

Entrevistador: Certo, então depende muito da pessoa com quem está falando, é isso?

Inf. 10: É, primeira primeira coisa é falar acho *você*, mas se alguém usa muito *tu*, vou trocar também.

A última parte da fala do informante 10 sinaliza que as pistas interacionais do alemão para uma mudança de tratamento, a caminho da horizontalidade, são trazidas para as interações em P/L2 – é como se o emprego da forma *tu* pelo interlocutor brasileiro equivalesse à licença “*Du kannst mich duzen*”¹⁴. Além de reconhecer a diferença funcional entre *tu* e *você*, o mesmo informante sinaliza sua percepção frente à variação diatópica do fenômeno.

(13) **Inf. 10:** Só de onde eles vêm, como eles fizeram aqui em Florianópolis e região, ou de Portugal, ou outro.

Já o último informante do grupo que varia nas formas de tratamento no PB, o informante 7, também afirma variar nas formas de tratamento dependendo da região em que se encontra. Quanto a seu perfil, cabe destacar que tal informante tem o português como língua de herança, tendo feito um curso na Alemanha durante um semestre com um professor carioca, com práticas posteriores com sua família de Curitiba¹⁵. Alega ter usado muito *você*, mas atualmente opta pelo *tu* por perceber o seu uso mais difundido no sul do país, além de não gostar de marcar assimetrias na fala:

(14) **Inf. 7:** Eu acho que primeiro usei bastante o *você*, mas agora já o *tu*, por causa que a gente mora aqui no sul, né?

proximidade, sendo recomendável, inclusive, pedir uma licença explícita para utilizá-lo.

¹⁴ Expressão que em espanhol corresponderia a “*Puedes tutearme*”, com tradução complexa ao português. Considerando práticas do PB, corresponderia, em termos funcionais, a “não precisa me tratar de senhor/senhora”.

¹⁵ Região com uso quase categórico de *você*, de acordo com a síntese de estudos regionais da variação *tu/você* no PB, proposta por Scherre *et al* (2009 *apud* OLIVEIRA; BABILÔNIA, 2015).

Importa mencionar que o informante 7, embora utilize o PB desde criança com sua família brasileira, admite preferir o *tu* uma vez que reside em Florianópolis. Contudo, com base no dado adiante, *tu* e *você* parecem seguir co-ocorrendo em sua fala, pelo menos em remissão ao sujeito genérico.

(15) **Inf. 7:** (...) ela disse tu tem que prestar atenção qual região você é, daí que tem que adaptar o cultura, o cultura da língua... Se você for ao norte, precisa falar *você*... as pessoas vão entender mais fácil.

O falante se refere à professora brasileira do seu curso de português na Alemanha, a qual se mostra sensível à variação linguística, não tendo generalizado a questão pronominal do PB. Nesse sentido, aproveitamos para destacar o papel crucial do professor de PLE quanto à importância de sensibilizar o aluno em relação à diversidade linguística.

Tendo analisado as seis entrevistas com os participantes que alegam variar entre *tu* e *você*, podemos tecer algumas conclusões preliminares: (i) três participantes alegam variar nas formas de tratamento, sobretudo quando utilizam PE, preferindo o *você* categórico no contexto brasileiro, mesmo reconhecendo a variação *tu/você* em Florianópolis; (ii) dois participantes afirmam utilizar *tu* em relações simétricas e *você* para relações assimétricas, associando às dimensões de solidariedade e poder tal como proposto por Brown e Gilman (1960); e (iii) um participante se mostra sensível à variação diatópica entre *tu/você*, ajustando sua escolha a depender da região em que se encontra.

Dando prosseguimento à análise das entrevistas, desperta-nos bastante a atenção a alta frequência de informantes que assinalaram categoricamente o *você* nas quatro díades do questionário – os quais agrupamos no terceiro grupo. Esse resultado de *você* categórico é, de certa maneira, ratificado nas entrevistas, considerando apenas o uso do português do Brasil, já que metade dos entrevistados que assume o uso do *tu* o fazem somente quando utilizam o PE. Esse cenário leva-nos a aventar algumas hipóteses em relação a essa escolha: (i) influência da instrução formal recebida nos cursos de PLE, tais como generalização do professor ou imposição do material didático; (ii) associação da forma *você* à norma padronizada do PB; (iii) facilidade de uso, considerando o fato de a forma *você* acompanhar a conjugação verbal de 3ª pessoa singular; e (iv) estratégia para evitar um tratamento não-oportuno a partir do uso da forma *tu*.

A primeira hipótese é corroborada a partir de excertos da entrevista com dois informantes de perfis semelhantes: estudaram juntos português na Alemanha por um ano com uma professora paulistana e um semestre em Florianópolis, convivem com outros intercambistas e estudantes brasileiros e alegam preferir o *você*, considerando o *tu* com a conjugação não-canônica “estranha”.¹⁶

(16) **Entrevistador:** Vocês escutam muito assim, as formas, por exemplo, *tu vai, tu foi, tu gosta*. Vocês usariam essa forma?

Inf. 4: Usar não, mas eu ouvi muito.

Entrevistador: Mas como vocês se sentiriam?

Inf. 3: Não sei, é estranho, não aprendi assim, tipo, mais por instinto.

Inf. 4: Na verdade, pra mim, é como... é mais natural, mas eu não uso porque não aprendi, mas acho que vou usar mais com o tempo que estou aqui.

¹⁶ Algumas entrevistas foram realizadas com mais de um informante, simultaneamente. Essa é uma delas.

Nos excertos acima, percebemos a interferência do contexto de ensino e aprendizagem, uma vez que a escolha das formas de tratamento é influenciada pela exposição ou não do aluno ao ensino explícito da língua. Nas falas selecionadas, percebemos a resistência do aluno a utilizar estruturas não contempladas pelo professor de PLE, talvez as associando à língua “errada” ou até mesmo estigmatizada, sem mencionar as possíveis generalizações do material didático utilizado no contexto de sala de aula. Quanto a essa questão, cabe salientar que alguns estudos sobre a diversidade linguística nos livros didáticos de PLE, tal como o de Ricardi (2005), têm apontado a tendência desses materiais a adotarem o pronome *você* como a forma quase categórica de segunda pessoa, e o *tu*, quando abordado, apenas com a conjugação canônica. Tais evidências podem ser atestadas nas seguintes falas:

- (17) **Inf. 4:** Eu não sabia que no português você pode falar *tu* também, não sabia.
 (18) **Inf. 3:** (...) Ela [a professora] não falava sobre diferenças, só vamos vamos, este é, aprender português, foi tipo, coisas que foram no livro mesmo.
 (19) **Inf. 1:** Eu aprender em Brasil todo mundo fala *você* [risos].

Com base na pesquisa realizada e na observação desse público nas aulas de P/L2, entendemos que a busca por uma variedade padrão do português brasileiro parece se relacionar às ideias de Bourdieu (1996), discutidas em seção anterior. Em nosso entendimento, a tensão existente entre língua padrão e dialeto nos países europeus, alinhada à formação dos Estados nacionais e transmitida pela escola republicana, tal como discutida por Ilari (2006), induz o aluno alemão a optar pela norma prescrita pelos cursos formais e pelos instrumentos normativos, tais como dicionários e gramáticas. Visto que o domínio da língua padrão, na visão de Bourdieu (1996), acarretaria um prestígio social e que o uso de formas dialetais poderia associar o indivíduo a camadas populares, supomos que esse aluno opte pelas formas de maior prestígio social na busca da aceitação do seu discurso. Entretanto, conforme o estrangeiro vai vivenciando suas experiências com o PB, muitas vezes percebe que esse padrão nacional não passa de uma construção imaginária e idealizada, como se pode inferir da fala a seguir:

- (20) **Inf. 11:** (...) eles [os professores de PLE] têm uma tendência de ensinar um padrão de português, só que pra mim ainda não entendi o que é o padrão, porque se fala português, um português diferente em cada região, então pra mim o padrão ainda não existe.

Dessa forma, o uso do pronome *você*, preferido pelos materiais didáticos de PLE e de maior difusão nos veículos comunicativos do país, parece representar o domínio da língua enquanto um produto normatizado, como uma metonímia da língua padrão. Ao passo que o uso de *tu*, sobretudo com a conjugação não-canônica, devido a sua pouca difusão nos cursos de PLE, poderia ser visto como um desvio à norma, somado ao fato de ser considerado meramente uma variação diatópica na percepção de muitos desses sujeitos, conforme apresentado.

Em nossas entrevistas com falantes alemães, percebemos uma relativa rejeição ao pronome *tu* justamente por ser considerado “errado” ou simplesmente por uma associação a um uso limitado regionalmente. Partindo da suposição de que o aluno alemão busca um produto normatizado nacionalmente, conforme discutido anteriormente, parece-nos que o uso do *tu* ganha pouca visibilidade na produção linguística desses falantes. Ademais, outro fator determinante na preferência por *você* pode estar relacionado com a questão da colisão

estilística apontada por Bourdieu (1996). Como esses alunos são em sua maior parte intercambistas que convivem com estudantes brasileiros de várias partes do país, é provável que o falante estrangeiro hesite nas escolhas quanto a melhor forma de tratamento, fazendo com que optem pelo pronome de maior difusão, como podemos supor pela fala a seguir:

(21) **Inf. 9:** Eu também, normalmente só uso *você*, porque é mais geral...

Quanto à nossa terceira hipótese, sobre a facilidade de uso da forma *você*, por esta seguir a conjugação verbal de 3ª pessoa singular, o excerto da entrevista com o informante 1 (entre outras) aponta caminhos para sua confirmação.

(22) **Inf. 1:** Aqui eu só uso *você*....

Entrevistador: Só *você*? Por quê?

Inf. 1: Ah, porque ah hã eu aprender [...] em Brasil todo mundo fala *você* [risos].

Entrevistador: Aqui em Florianópolis todo mundo fala *você*?

Inf. 1: Eu sei que no sul do Brasil a gente fala *tu* também, mas acho que *você* é mais legal [risos].

Entrevistador: Ah, é? Por que que é mais legal?

Inf. 1: Ah, porque eu só preciso aprender uma conjugação [risos] ...

Associado à questão da colisão estilística apontada por Bourdieu (1996), como um dos fatores motivadores pela preferência ao *você* categórico, nos aventuramos a responder à quarta hipótese referente à estratégia para se evitar um tratamento não-oportuno a partir do uso da forma *tu*. Nesse sentido, cabe a comparação entre a língua materna dos informantes e a língua-alvo (o PB, neste caso). Na língua alemã, o tratamento *Du* em referência a pessoas desconhecidas seria bastante inapropriado, realidade que não nos permite descartar em absoluto uma possível transferência de gramáticas, tal como percebido com o grupo hispano-falante. Essa questão é ilustrada a partir da fala a seguir fragmentada de um contexto em que o informante alemão relaciona as duas línguas:

(23) **Inf. 3:** Se você não fala *Sie* com uma pessoa, que você não conhece a pessoa, acho que é bem ruim. É muito grave.

Por fim, sintetizando o perfil do terceiro grupo, os quais optam pelo *você* categórico mesmo reconhecendo a variação das formas de tratamento em Florianópolis, atestamos que as quatro hipóteses levantadas para essa preferência são plausíveis, pois as falas sinalizam: (i) a evidente influência da instrução formal reducionista dos cursos de PLE nas escolhas das formas de tratamento; (ii) a associação da forma *você* à norma padronizada do PB; (iii) a menção à certa facilidade de uso, em termos formais; e (iv) adoção de estratégia para evitar um tratamento inadequado com *tu*.

Considerações finais

Nesta etapa da pesquisa com falantes estrangeiros – que se desenvolve em um contexto multicultural bastante favorável para investigações diversas, como é o caso do Curso Extracurricular de P/L2 da Universidade Federal de Santa Catarina, atendendo estudantes de diferentes nacionalidades –, socializamos algumas reflexões que se desdobram a partir de um olhar predominantemente qualitativo dos instrumentos aplicados aos estudantes alemães.

Nosso interesse, como bem sinalizam o título deste trabalho e as discussões apresentadas, é verificar a percepção do aprendiz de P/L2 frente a um fenômeno que tem dado assunto para estudos assentados na Sociolinguística Variacionista, voltados para a problematização do português como língua materna.

Como professores de P/L2, os resultados emergentes desses estudos nos inquietam ao pensar na pedagogia da língua, ou melhor, ao vislumbrarmos o falante estrangeiro interessado na aprendizagem do português do Brasil. Questionamos: como se deparam esses estudantes frente à variação *tu/você*? Como se sentem ao ter de escolher entre uma forma ou outra? – diga-se de passagem, essa questão não está muito clara nem mesmo para falantes nativos. Como encaram as normas implícitas (do uso) e as explícitas (dos livros didáticos, por exemplo) no que diz respeito ao fenômeno aqui discutido? – questão que pode perfeitamente se estender a outros fenômenos, uma vez que alguns livros didáticos de PLE (não apenas) costumam se ater à norma explícita, em detrimento das normas implícitas, apresentando diálogos artificiais com lamentável ausência de fenômenos da fala concreta.

Embora essas questões não tenham sido problematizadas neste trabalho, elas refletem a base em que se assenta esta pesquisa – nossa prática docente. Acreditamos que, ao problematizar a variação *tu/você*, podemos contribuir para o ensino do P/L2, buscando sensibilizar profissionais da área (professores e autores de livros didáticos, especialmente) frente aos diversos fatores imbricados na aprendizagem de uma língua estrangeira: a transferência de gramática; as experiências interacionais – normalmente transferidas de uma cultura a outra; as experiências do estudante com a língua-alvo; as questões ideológicas subjacentes; entre outras.

Referências

ALÉONG, Stanley. Normas linguísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica. In: Bagno, M. *Norma linguística*. São Paulo: Edições Loyola, 2001 [1983], p. 141-170.

ALMEIDA FILHO, José Carlos P. O Português como língua não-materna: concepções e contexto de ensino. In: *Acervo digital do Museu da Língua Portuguesa*, 2005. Disponível em: <http://www.museulinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto_4.pdf>. Acesso em janeiro de 2016.

ALMEIDA FILHO, José Carlos P. *Dimensões comunicativas no ensino de línguas*. 6. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

BLAS ARROYO, José L. Tú y usted: dos pronombres de cortesía en el español actual. Datos de una comunidad peninsular. *E.L.U.A.*, 10, 1994-1995, p: 21-44. Disponível em: <http://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/6380/1/ELUA_10_02.pdf>. Acesso em maio de 2016.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EdUSP, 1996.

BROWN, Roger; GILMAN, Albert. The pronouns of power and solidarity. In: SEBEOK, T. A. (ed.) *Style in language*. Cambridge: MIT Press, 1960, p. 253-276.

CALVET, Jean-Louis. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Trad. M. Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

FARACO, Carlos A. O tratamento você em português: uma abordagem histórica. *Fragmenta*, n. 13. Curitiba: Editora da UFPR, 1996, p. 51-82.

GUMPERZ, John J. Convenções de contextualização. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. *Sociolinguística interacional*. São Paulo: Edições Loyola, 2013 [1982], p. 149-182.

ILARI, Rodolfo. A constituição das línguas nacionais. In: ILARI, R. *Linguística Românica*. São Paulo: Editora Ática, 2006, p. 213-234.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Análise da conversação: princípios e métodos*. Trad. Carlos Piovezani Filho. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. Modelos de variações intraculturais e interculturais: as formas de tratamento nominais em francês. In: COUTO, L. R.; LOPES, C. *As formas de tratamento em Português e em Espanhol: variação, mudança e funções conversacionais*. Niterói: Editora da UFF, 2011. p. 19-44.

LOPES, Célia. *As formas de tratamento em português e espanhol: variação, mudança e funções conversacionais*. Niterói: Editora da UFF, 2011. p. 19-44.

LOREGIAN-PENKAL, Loremi. *(Re)análise da referência de segunda pessoa na fala da região sul*. 2004. 260 fls. Tese (Doutorado em Letras/Linguística) – UFPR, Curitiba, 2004.

MENON, Odete P. da S.; LOREGIAN-PENKAL, L. Variação no indivíduo e na comunidade: tu/você no Sul do Brasil. In: VANDRESEN, P. (org.). *Variação e mudança no português falado na Região Sul*. Pelotas: Educat, 2002. p. 147-182.

OLIVERIA, Leandra C. de. A evolução e o uso dos pronomes de tratamento de segunda pessoa singular no português e no espanhol. *Letra Magna*, 2009, p. 1-19.

OLIVEIRA, Leandra C. de; BABILÔNIA, Leandro. A variação tu/ você no uso do português por hispano-falantes. In: *Anais do IV Congresso Nacional de Linguagens em interação: múltiplos olhares*. Maringá: UEM, 2013, p. 1-15. Disponível em: <<http://www.dle.uem.br/conali2013/trabalhos/420t.pdf>>. Acesso em março de 2016.

OLIVEIRA, Leandra C. de; BABILÔNIA, Leandro. As formas de se dirigir ao interlocutor no português brasileiro sob a perspectiva do falante estrangeiro. In: SILVEIRA, R.; EMMEL, I. (Org.) *Um retrato do português como segunda língua: ensino, aprendizagem e avaliação*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015, p. 97-123.

OUSHIRO, Livia. O que se diz e como se fala: relações entre o discurso metalinguístico e a variação linguística. Signo y Señã, n. 28, *Dossier Actitudes ante el español, el portugués y el guaraní*, 2015, p. 139-167. Disponível em <<http://revistas.filo.uba.ar/index.php/sys/article/view/304/231>>. Acesso em março de 2016.

RICARDI, Denize. *A diversidade linguística brasileira no material didático para o ensino de português para estrangeiros*. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

ROCHA, Patrícia G. *O sistema de tratamento do português em Florianópolis: um estudo sincrônico*. Tese (Doutorado em Linguística). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

RUMEU, Márcia C. B. *Língua e sociedade: a história do pronome você no português brasileiro*. Rio de Janeiro: Itaca, 2013.

STOECKLE, Philipp; SVENSTRUP, Christoph H. Language variation and (de-)standardisation processes in Germany. In: KRISTIANSEN, T.; COUPLAND, N. *Standard Languages and Language Standards in a Changing Europe*, Novus, 2010, p. 83-90.